

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.011.904	683.925
1.01	Ativo Circulante	471.053	177.669
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	292.447	46.697
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	17.740
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	17.740
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	0	17.740
1.01.03	Contas a Receber	80.723	63.029
1.01.03.01	Clientes	80.723	63.029
1.01.03.01.01	Contas a Receber	78.969	60.990
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	1.754	2.039
1.01.06	Tributos a Recuperar	47.832	2.008
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.653	2.902
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	45.398	45.293
1.01.08.03	Outros	45.398	45.293
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	44.956	44.956
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	0	51
1.01.08.03.04	Outros Créditos	442	286
1.02	Ativo Não Circulante	540.851	506.256
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.019	48.941
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.758	1.740
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	230	777
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	230	777
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.031	46.424
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	11.239	44.955
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	1.792	1.469
1.02.03	Imobilizado	17.791	21.702
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.192	18.781
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.599	2.921
1.02.04	Intangível	508.041	435.613
1.02.04.01	Intangíveis	508.041	435.613
1.02.04.01.02	Intangível	438.246	401.315
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	69.795	34.298

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.011.904	683.925
2.01	Passivo Circulante	404.940	410.658
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.089	6.773
2.01.01.01	Obrigações Sociais	876	1.011
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.213	5.762
2.01.02	Fornecedores	19.963	13.401
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.963	13.270
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	131
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.147	55.178
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.830	50.469
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	46.296
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	5.830	4.173
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.317	4.709
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	5.317	4.709
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	348.985	314.444
2.01.04.02	Debêntures	348.985	314.444
2.01.05	Outras Obrigações	15.756	20.862
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.292	4.054
2.01.05.02	Outros	12.464	16.808
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.474	1.367
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	10.990	15.441
2.02	Passivo Não Circulante	463.552	26.587
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	448.339	0
2.02.01.02	Debêntures	448.339	0
2.02.02	Outras Obrigações	1	166
2.02.02.02	Outros	1	166
2.02.02.02.08	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1	166
2.02.03	Tributos Diferidos	9.970	21.505
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.970	21.505
2.02.04	Provisões	5.242	4.916
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.242	4.916
2.03	Patrimônio Líquido	143.412	246.680
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	27.988	104.275
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	1.187
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	75.100
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-26.981	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	306.210	796.850	233.645	643.666
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	306.210	796.850	255.413	703.874
3.01.02	Dedução da Receita Bruta	0	0	-21.768	-60.208
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-164.794	-754.770	-99.299	-297.145
3.02.01	Custo de Construção	-31.736	-49.041	-3.941	-8.804
3.02.03	Depreciação e Amortização	-84.986	-568.609	-48.552	-142.900
3.02.04	Custo de Outorga	-15.747	-46.000	-15.017	-44.159
3.02.05	Serviços	-16.647	-47.086	-18.859	-61.280
3.02.06	Custo com Pessoal	-10.608	-29.907	-9.317	-27.811
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.375	-7.266	-2.113	-7.606
3.02.08	Outros	-2.695	-6.861	-1.500	-4.585
3.03	Resultado Bruto	141.416	42.080	134.346	346.521
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.056	-45.287	-14.020	-40.638
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.171	-45.785	-14.376	-42.566
3.04.02.01	Serviços	-8.574	-24.633	-7.357	-21.965
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-297	-934	-360	-1.086
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.849	-6.924	-3.501	-11.167
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-303	-835	-137	-673
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-482	-3.264	-884	-2.454
3.04.02.06	Água, luz, telefone, internet e gás	-733	-1.894	-587	-1.970
3.04.02.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-89	-326	-460	282
3.04.02.08	Provisão para perda esperada - Contas a receber	-37	-153	-49	-33
3.04.02.09	Ressarcimento ao usuário	0	0	-274	-421
3.04.02.10	Outros	-2.807	-6.822	-767	-3.079
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	137	747	363	1.984
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-22	-249	-7	-56
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	125.360	-3.207	120.326	305.883
3.06	Resultado Financeiro	-15.826	-35.309	-8.136	-20.877

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.06.01	Receitas Financeiras	3.074	6.259	1.898	9.864
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.900	-41.568	-10.034	-30.741
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	109.534	-38.516	112.190	285.006
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-37.823	11.535	-38.200	-97.156
3.08.01	Corrente	0	0	-41.023	-104.036
3.08.02	Diferido	-37.823	11.535	2.823	6.880
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	71.711	-26.981	73.990	187.850
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	71.711	-26.981	73.990	187.850
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00489	-0,00184	0,00504	0,0128
3.99.01.02	PN	0,00538	-0,00202	0,00555	0,01408
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00489	-0,00184	0,00504	0,0128
3.99.02.02	PN	0,00538	-0,00202	0,00555	0,01408

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	71.711	-26.981	73.990	187.850
4.03	Resultado Abrangente do Período	71.711	-26.981	73.990	187.850

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	499.682	372.880
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	620.236	387.221
6.01.01.01	Prejuízo (Lucro) Líquido no Período	-26.981	187.850
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-11.535	-6.880
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	33.716	33.717
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	554.031	129.192
6.01.01.05	Amortização do Direito de Concessão	15.512	14.794
6.01.01.06	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	139	71
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures e Financiamentos	44.611	27.985
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-4.580	-1.349
6.01.01.13	Atualização monetária s/ riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	381	451
6.01.01.14	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	153	33
6.01.01.15	Provisão e reversão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.788	1.353
6.01.01.18	Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	1	4
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-120.554	-14.341
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-18.132	-1.383
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	832	308
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-45.807	3.464
6.01.02.05	Despesas Antecipadas, Depósitos Judiciais e Outros Créditos	-2.230	-1.075
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	51	247
6.01.02.07	Fornecedores	6.561	-2.515
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	-762	645
6.01.02.09	Obrigações Sociais, Trabalhistas e Previdenciárias	2.151	2.249
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão para IR e CS	47.428	104.957
6.01.02.11	Pagamento de Provisão de Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-14.843	-2.086
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	107	-58
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-4.451	3.856
6.01.02.15	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-91.459	-122.950
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-615.914	35.202
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-2.484	-1.879
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-631.201	-10.327
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	49	0
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	17.740	47.408
6.02.05	Aplicações (conta reserva)	-18	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	361.982	-94.014
6.03.01	Aplicações (com reserva)	0	-1.735
6.03.04	Empréstimos e Debêntures - Captações	448.122	0
6.03.07	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos de Juros	-9.853	-15.810
6.03.10	Dividendos pagos a acionistas controladores	-76.287	-76.469
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	245.750	314.068
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	46.697	6.591

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	292.447	320.659

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-76.287	0	0	-76.287
5.04.06	Dividendos	0	0	-76.287	0	0	-76.287
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-26.981	0	-26.981
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-26.981	0	-26.981
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	-26.981	0	143.412

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	104.457	0	0	246.862
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	104.457	0	0	246.862
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-76.469	0	0	-76.469
5.04.06	Dividendos	0	0	-76.469	0	0	-76.469
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	187.850	0	187.850
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	187.850	0	187.850
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	187.850	0	358.243

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	872.050	705.190
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	867.623	703.874
7.01.02	Outras Receitas	4.580	1.349
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-153	-33
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-192.010	-109.290
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-59.026	-70.291
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.943	-30.195
7.02.04	Outros	-95.041	-8.804
7.02.04.02	Custo de Construção	-49.041	-8.804
7.02.04.04	Outorga	-46.000	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	680.040	595.900
7.04	Retenções	-569.543	-143.986
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-569.543	-143.986
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	110.497	451.914
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.259	9.864
7.06.02	Receitas Financeiras	6.259	9.864
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	116.756	461.778
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	116.756	461.778
7.08.01	Pessoal	32.770	34.934
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.976	22.538
7.08.01.02	Benefícios	10.895	10.648
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.250	1.221
7.08.01.04	Outros	649	527
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	63.590	161.604
7.08.02.01	Federais	22.677	126.680
7.08.02.02	Estaduais	137	151
7.08.02.03	Municipais	40.776	34.773
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.377	77.390
7.08.03.01	Juros	45.962	32.054
7.08.03.02	Aluguéis	1.415	1.177
7.08.03.03	Outras	0	44.159
7.08.03.03.01	Outorga	0	44.159
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-26.981	187.850
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-26.981	187.850

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais (ITR)

Comentários Sobre o Desempenho - 3º trimestre 2021

A ViaOeste (“CCR ViaOeste” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

As informações financeiras intermediárias (ITR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3º trimestre de 2020.

- A Receita Operacional Líquida alcançou R\$ 274,5 milhões (19,5%);
- O Lucro Líquido atingiu R\$ 71 milhões (-3,1%);
- O EBIT atingiu R\$ 125,4 milhões (4,2%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 221,9 milhões (22,9%).

Indicadores [R\$ MM]	3ºT21	3ºT20	Var. %
Receita Operacional Líquida (*)	274,5	229,7	19,5%
EBIT	125,4	120,3	4,2%
Margem EBIT Ajustada (a)	45,7%	52,4%	-6,7 p.p
EBITDA Ajustado	221,9	180,5	22,9%
Margem EBITDA Ajustada (a)	80,8%	78,6%	2,3 p.p
Lucro Líquido	71,7	74,0	-3,1%

(*) Receita Operacional Líquida é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

(a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas operacionais líquidas, excluídas as receitas de construção.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	3ºT21	3ºT20	Var. %
Veículos Equivalentes	29.463.979	27.213.896	8,3%
Veículos Leves (Eq)	16.849.915	14.813.072	13,8%
Veículos Pesados (Eq)	12.614.064	12.400.824	1,7%

1 – Veq¹ - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+8,3%)

O tráfego consolidado do 3T21 registrou crescimento de 8,3% sobre o 3T20, tendo como principal influência a flexibilização das medidas de isolamento social e decreto de quarentena no estado de São Paulo que vigoram desde março/20 por conta da pandemia do COVID-19.

Comentário do Desempenho

Veículos de Passeio (+13,8%)

A flexibilização das medidas contra o COVID-19 impactou fortemente a movimentação no tráfego de passeio que registrou crescimento de 13,8% sobre o 3T20.

Veículos Comerciais (+1,7%)

A movimentação de veículos comerciais no 3T21 foi impactada negativamente pela quebra da safrinha de milho por razões climáticas, que deslocou o milho que seria exportado para o abastecimento interno, e ainda assim registrou crescimento de 1,7% comparada ao 3T20.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita Bruta Operacional [R\$ mil]	3ºT21	3ºT20	Var.%
Receita de Pedágio	295.011	246.902	19,5%
Receitas Acessórias	4.446	3.727	19,3%
Receita de Partes Relacionadas	1.017	843	20,6%
Receita Bruta Operacional	300.474	251.472	19,5%

Receita Bruta de Construção [R\$ mil]	3ºT21	3ºT20	Var.%
Total	31.736	3.941	705,3%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção. Para a Companhia, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os investimentos da Companhia acompanham o Cronograma acordado com o Poder Concedente. Dentre os principais investimentos do 3T21, destacamos os projetos e desapropriações referentes a duplicação da Rodovia Raposo Tavares, entre os km 46+700 ao km 89+700, bem como as obras de duplicação no segmento entre os km 86+900 ao km 89+700.

Receita Bruta Operacional

A Receita Bruta Operacional do 3T21 registrou aumento de 19,5% em relação ao 3T20, influenciada principalmente pela retomada das atividades comerciais no Estado de São Paulo por conta da ligeira melhora da pandemia do COVID-19.

A Receita Operacional Líquida é obtida a partir das deduções dos tributos sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, do recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), de COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja representatividade corresponde a 8,65% sobre a Receita Bruta Operacional.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas

Custos e Despesas [R\$ mil]	3ºT21	3ºT20	Var.%
Custo de Construção	31.736	3.941	705,3%
Provisão de Manutenção	-	-	0,0%
Depreciação e Amortização	85.283	48.912	74,4%
Custos da Outorga	15.747	15.017	4,9%
Serviços de Terceiros	25.221	26.216	-3,8%
Custo com Pessoal	13.457	12.818	5,0%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.678	2.250	19,0%
Outros	6.728	4.165	61,5%
Custos e Despesas	180.850	113.319	59,6%

Os custos e despesas totalizaram R\$ 180.850 no 3T21. Os principais fatores que contribuíram para o acréscimo de 59,6% em relação a 3T20, foram:

Custo de construção: Acréscimo de 705,3% no 3T21, comparado com o 3T20. Reflexo do cronograma de investimento acordado com o Poder Concedente.

Depreciação e amortização: Somaram R\$ 85.283 no 3T21. O crescimento de 74,4% em relação ao 3T20 decorre da amortização referente a assinatura do TAM preliminar em 29 de junho de 2021, com o objetivo de eliminar Passivos Jurídicos entre o Estado de São Paulo, ARTESP e Companhia, bem como, dos investimentos realizados descritos na seção de investimentos.

Custos da outorga: Inclui a apropriação de despesas antecipadas, que atingiu R\$ 15.747 no 3T21, apresentando aumento de 4,9% em relação a 3T20 em razão do aumento na receita operacional.

Serviços de terceiros: O 3T21 totalizou R\$ 25.221, representando queda de 3,8% em relação ao 3T20. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros.

Custo com pessoal: No 3T21 houve acréscimo de R\$ 639 em relação ao 3T20, representando aumento de 5% reflexo principalmente do dissídio.

Materiais, equipamentos, veículos e outros: Neste trimestre houve acréscimo de 46,6% em comparação com o 3T20, impactado principalmente pelas despesas relacionadas as doações.

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	3ºT21	3ºT20	Var.%
Lucro Líquido	71,7	74,0	-3,1%
(+) IR/CS	37,8	38,2	-1,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	15,8	8,1	94,5%
(+) Depreciação e Amortização	85,3	48,9	74,4%
EBITDA (a)	210,6	169,2	24,5%
Margem EBITDA (a)	68,8%	72,4%	-3,6 p.p
(+) Despesas Antecipadas (b)	11,2	11,2	0,0%
EBITDA Ajustado	221,9	180,5	22,9%
Margem EBITDA Ajustada (d)	80,8%	78,6%	2,3 p.p

Comentário do Desempenho

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras intermediárias.

(c) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	3ºT21	3ºT20	Var.%
Lucro Líquido	71,7	74,0	-3,1%
(+) IR/CS	37,8	38,2	-1,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	15,8	8,1	94,5%
EBIT (a)	125,4	120,3	4,2%
Margem EBIT (a)	40,9%	51,5%	-10,6 p.p
<i>Margem EBIT Ajustada (b)</i>	<i>45,7%</i>	<i>52,4%</i>	<i>-6,7 p.p</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	3ºT21	3ºT20	Var.%
Despesas Financeiras	-18,9	-10,0	88,4%
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	-18,6	-9,9	86,7%
Taxas, Comissões e Outros	-0,3	-0,1	261,3%
Receitas Financeiras	3,1	1,9	62,0%
Rendimento sobre Aplicações Financ.	2,6	1,7	57,0%
Outras Receitas Financeiras	0,5	0,2	97,0%
Resultado Financeiro	-15,8	-8,1	94,5%

O Resultado Financeiro do 3T21 variou 94,5% em relação ao 3T20, principalmente em decorrência do aumento dos indexadores macroeconômicos.

2. Investimentos

A Companhia tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello-Raposo, na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade, bem como atender aos requisitos de investimentos previstos no Contrato de Concessão.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	3ºT21	3ºT20	Var.%
Total de Acidentes	745	651	14,4%
Total de Vítimas	477	412	15,8%

O aumento do número de acidentes e feridos está relacionado à retomada do tráfego no 3T21 em relação ao 3T20, em razão principalmente da flexibilização das medidas de isolamento social e decreto de quarentena no Estado de São Paulo que vigoram desde março de 2020 por conta da pandemia do COVID-19.

Comentário do Desempenho

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Caminhos para a Cidadania - Realizado na Companhia desde 2007, com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. Desde o início, já foram atendidos mais de 700 mil alunos, mais de 24 mil educadores em 400 escolas por ano, em 16 municípios do sistema Castello-Raposo. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental das redes públicas de ensino. Em 2021, as atividades estão sendo desenvolvidas de forma totalmente digital. Para os professores estão sendo realizados cursos online, com questões pertinentes ao momento de pandemia em que o mundo está vivendo. Para apoio aos alunos foram disponibilizados no site www.caminhosparaacidadania.com.br planos de aula que podem ser aplicados pelos pais com as crianças, além de jogos educativos, sugestões e séries que divertem e ensinam ao mesmo tempo.

Estrada para Saúde - Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

Paixão pelo esporte - O objetivo do projeto é dar oportunidade a crianças e adolescentes na promoção da atividade esportiva de caráter educacional. As aulas de vôlei ocorrerão no contraturno escolar, em equipes mistas (masculino e feminino), com faixa etária entre 6 e 16 anos. Em Sorocaba, serão dois núcleos e nas demais cidades (Mairinque, Alumínio e São Roque) o projeto será executado em uma unidade por município. Serão até 60 vagas por núcleo, o que totaliza 300 jovens envolvidos com o projeto na região. Para participar, é necessário estar matriculado na rede de ensino público.

5. Considerações Finais

As informações financeiras intermediárias (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

6. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data, e com as informações financeiras intermediárias relativas ao período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021.

Barueri, 11 de novembro de 2021.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2021

Os saldos apresentados em Reais nesta ITR foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço das rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), nos termos do Contrato de Concessão CR/003/1998, celebrado com a ARTESP.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 30 de março de 1998. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no Contrato de Concessão e está sujeita a um reajuste anual, em julho, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas.

Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Acordo Preliminar

Em 29 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1 ao contrato de concessão da Companhia com o Estado de São Paulo, para os seguintes objetos:

- Pagamento do valor total de R\$ 585.000 pela Companhia, decorrente de recálculo dos Termos Aditivos de 2006, reconhecendo, de forma irrevogável e irretroatável, a ocorrência de eventos de desequilíbrio econômico-financeiro em favor do Poder Concedente e da Companhia;
- Reconhecimento, pela Companhia, de responsabilidade de custeio e execução de obras entre os kms 23 e 32 da Rodovia Castello Branco e de obras de duplicação da Rodovia Lívio Tagliassachi, entre o município de São Roque e a Rodovia Castello Branco;
- Foram preservados os prazos de vigência do contrato de concessão da Companhia estabelecido no TAM de 2006 e subsequentes; e
- Comprometimento por parte do Poder Concedente de avaliar tecnicamente a inclusão de obras adicionais ao contrato da Companhia, passíveis de reequilíbrio com extensão do prazo de concessão.

Notas Explicativas

O acordo implica no encerramento das ações judiciais por parte do Poder Concedente e da Companhia, descritas na nota explicativa 1.3, relativamente às demandas de anulação do TAM 2006 e dos reajustes tarifários de 2013 e 2014. Além disso, ficou estabelecido o IPCA como índice de reajuste da tarifa a partir de 2022. O pagamento de R\$ 585.000, realizado em 14 de julho de 2021, foi considerado condição de eficácia para celebração do referido acordo.

Está definido o prazo de nove meses, para a ARTESP confirmar os cálculos dos desequilíbrios econômico-financeiros favoráveis tanto ao Poder Concedente quanto à Companhia, observando as premissas, diretrizes e metodologias de cálculo previstas no instrumento.

1.1. Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, sendo R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor original de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

Em 04 de junho de 2020 o Estado de São Paulo interpôs recursos aos tribunais superiores questionando unicamente a destinação de valores a título de doação à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com o objetivo de destinar para os cofres do Estado tais quantias, sendo este o único tema pendente de definição nos recursos que aguardam julgamento definitivo pelo STJ e STF. . Em 03 de agosto de 2021 foi realizado o julgamento na 2ª Turma do STJ, tendo o mérito do recurso interposto pelo Estado de São Paulo sido desprovido para manter a destinação original dos valores doados, conforme definido no Termo de Autocomposição. Aguarda-se a publicação do acórdão.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais.

A Companhia e sua Controladora CCR S.A. continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

1.2. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto à duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Notas Explicativas

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

1.3. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

O Estado de São Paulo e a Companhia discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 14/06 (“TAM”), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, a Companhia requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Aguarda-se a homologação das renúncias e encerramento dos processos judiciais. Em 18 de agosto de 2021, foi homologada a desistência dos recursos.

ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia. Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação.

Em 18 de agosto de 2021, foi deferido o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 6 (seis) meses.

iii. Reajuste Tarifário de 2014

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos em 2014, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia. Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Aguarda-se apreciação do pedido de suspensão do feito.

Notas Explicativas

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pela Companhia e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1016978-80.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia.

Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 15 de setembro de 2021, foi deferido o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 6 (seis) meses.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As informações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até o presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Principais práticas contábeis

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 11 de novembro de 2021, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

Notas Explicativas

4. Determinação dos valores justos

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período de nove meses não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros, exceto com relação às medidas relatadas na nota explicativa nº 1.2 - Efeitos da pandemia do COVID-19.

Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	4.711	5.279
Fundos de investimentos	287.736	41.418
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>292.447</u>	<u>46.697</u>

Aplicações financeiras

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	-	17.740
Total - Circulante	-	17.740
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (a)	1.758	1.740
Total - Não Circulante	<u>1.758</u>	<u>1.740</u>
Total - Aplicações financeiras	<u>1.758</u>	<u>19.480</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,08 do CDI, equivalente a 2,48% ao ano (96,33% do CDI, equivalente a 2,67% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020).

(a) Refere-se a conta reserva para a compensação ambiental na obra de duplicação da rodovia Raposo Tavares.

Notas Explicativas**7. Contas a receber**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico (a)	77.981	60.214
Receitas acessórias (b)	<u>1.267</u>	<u>902</u>
	79.248	61.116
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(279)</u>	<u>(126)</u>
	<u><u>78.969</u></u>	<u><u>60.990</u></u>

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos a vencer	78.869	60.932
Créditos vencidos até 60 dias	72	58
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	28	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	40	67
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>239</u>	<u>59</u>
	<u><u>79.248</u></u>	<u><u>61.116</u></u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/07/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a 30/09/2020</u>	<u>01/01/2020 a 30/09/2020</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	109.534	(38.516)	112.190	285.006
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(37.242)	13.095	(38.145)	(96.902)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(458)	(1.380)	(106)	(486)
Incentivo relativo ao imposto de renda	-	-	225	719
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(123)	(180)	(182)	(507)
Outros ajustes tributários	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>20</u>
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(37.823)</u>	<u>11.535</u>	<u>(38.200)</u>	<u>(97.156)</u>
Impostos correntes	-	-	(41.023)	(104.036)
Impostos diferidos	<u>(37.823)</u>	<u>11.535</u>	<u>2.823</u>	<u>6.880</u>
	<u>(37.823)</u>	<u>11.535</u>	<u>(38.200)</u>	<u>(97.156)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34,53%</u>	<u>29,95%</u>	<u>34,05%</u>	<u>34,09%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2020	Reconhecido no resultado	30/09/2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b)	-	5.135	5.135	5.135	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	177	276	453	453	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	43	52	95	95	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	1.671	110	1.781	1.781	-
Diferenças temporárias	-	(12.527)	(12.527)	391	(12.918)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(23.724)	18.312	(5.412)	-	(5.412)
Provisão para perda de investimentos	72	-60	12	12	-
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	-	461	461	461	-
Outros	256	-224	32	32	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(21.505)	11.535	(9.970)	8.360	(18.330)
Compensação de imposto	-	-	-	(8.360)	8.360
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(21.505)	11.535	(9.970)	-	(9.970)

	31/12/2019	Reconhecido no resultado	30/09/2020		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.135	(575)	560	560	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	9	11	20	20	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	2.173	(95)	2.078	2.078	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(33.298)	7.387	(25.911)	12.722	(38.633)
Outros	145	152	297	297	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(29.836)	6.880	(22.956)	15.677	(38.633)
Compensação de imposto	-	-	-	(15.677)	15.677
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(29.836)	6.880	(22.956)	-	(22.956)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

(b) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em 2021.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Circulante	3.297	3.297	41.659	41.659	44.956	44.956
	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Não Circulante	824	3.297	10.415	41.658	11.239	44.955

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foram apropriadas ao resultado o montante de R\$ 33.716 (R\$ 33.717 no mesmo período de 2020).

(a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

Notas Explicativas

- (b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	01/01/2021 a 30/09/2021		30/09/2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Ativo	Passivo
Contas a receber			Fornecedores e contas a pagar	
Controladora indireta				
CCR	10.558 (a)	-	-	1.099 (a)
Outras partes relacionadas				
Rodonorte	-	-	43 (c)	2 (c)
Via Quatro	-	-	4 (c)	11 (c)
CPC	19.877 (d)	-	4 (c)	2.090 (c)
AutoBAn	-	-	5 (c)	19 (c)
Samm	260 (e)	3.090 (b)	1.847 (b)	34 (c)
RodoAnel Oeste	-	-	5 (c)	12 (c)
SPVias	-	-	22 (c)	4 (c)
Instituto CCR	1.363 (f)	-	-	-
Renovias	-	-	48 (c)	4 (c)
ViaMobilidade	-	-	3 (c)	-
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	-	-	3 (c)	17 (c)
Total	32.058	3.090	1.984	3.292

	Transações			
	01/07/2021 a 30/09/2021		01/07/2020 a 30/09/2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas
Controladora indireta				
CCR	3.531 (a)	-	3.378 (a)	-
Outras partes relacionadas				
Rodonorte	-	-	-	-
CPC	6.479 (d)	-	7.995 (d)	-
Samm	111 (e)	1.017 (b)	127 (e)	843 (b)
Instituto CCR	836 (f)	-	-	-
Total	10.957	1.017	11.500	843

Notas Explicativas

	Transações		Saldos	
	01/01/2020 a 30/09/2020		31/12/2020	
			Ativo	Passivo
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
Infra SP	-	-	9 (c)	12 (c)
Controladora indireta				
CCR	10.132 (a)	-	21 (c)	1.072 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	24.043 (d)	-	121 (c)	2.663 (c) (d)
Samm	385 (e)	2.564 (b)	2.461 (b)	57 (c) (e)
RodoAnel Oeste	-	-	36 (c)	40 (c)
SPVias	-	-	76 (c)	3 (c)
CIIS	-	-	13 (c)	17 (c)
Renovias	-	-	16 (c)	4 (c)
ViaMobilidade	-	-	10 (c)	18 (c)
CCR ViaSul	-	-	1 (c)	-
LamVias	-	-	52 (c)	168 (c)
	<u>34.560</u>	<u>2.564</u>	<u>2.816</u>	<u>4.054</u>

Despesas com profissionais chave da Administração

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Remuneração (g):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	-	-	133	586
Outros benefícios:				
Provisão para remuneração variável				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	22	67	157	472
Complemento/ (Reversão) de PPR do ano anterior pago no ano	-	(113)	-	156
Previdência privada	-	-	9	31
Seguro de vida	-	-	1	2
	<u>22</u>	<u>(46)</u>	<u>300</u>	<u>1.247</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	30/09/2021	31/12/2020
Remuneração dos administradores (g)	67	181

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, executada pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;

Notas Explicativas

- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (d) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (e) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujo valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao faturamento;
- (f) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR; e
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2020		30/09/2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		4.250	-	(91)	19	-	4.178
Máquinas e equipamentos		32.243	-	(563)	428	-	32.108
Veículos		12.034	-	(876)	8	-	11.166
Instalações e edificações		401	-	-	-	-	401
Terrenos		4.722	-	-	-	-	4.722
Equipamentos operacionais		82.502	-	(4)	2.100	(5)	84.593
Imobilizado em andamento		2.921	2.762	(7)	(2.077)	-	3.599
Total custo		139.073	2.762	(1.541)	478	(5)	140.767
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	19	(3.772)	(202)	81	-	-	(3.893)
Máquinas e equipamentos	21	(27.908)	(2.131)	522	-	-	(29.517)
Veículos	30	(8.712)	(1.483)	856	-	-	(9.339)
Instalações e edificações	24	(385)	(9)	-	-	-	(394)
Equipamentos operacionais	32	(76.594)	(3.243)	4	-	-	(79.833)
Total depreciação		(117.371)	(7.068)	1.463	-	-	(122.976)
Total geral		21.702	(4.306)	(78)	478	(5)	17.791

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2019		31/12/2020			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		4.131	-	(15)	134	-	4.250
Máquinas e equipamentos		31.628	-	(260)	875	-	32.243
Veículos		13.839	-	(2.838)	1.033	-	12.034
Instalações e edificações		390	-	-	11	-	401
Terrenos		4.722	-	-	-	-	4.722
Equipamentos operacionais		82.413	-	(231)	332	(12)	82.502
Imobilizado em andamento		2.356	2.524	(25)	(1.934)	-	2.921
Total custo		139.479	2.524	(3.369)	451	(12)	139.073
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	17	(3.464)	(321)	13	-	-	(3.772)
Máquinas e equipamentos	18	(24.367)	(3.779)	238	-	-	(27.908)
Veículos	29	(9.534)	(1.984)	2.806	-	-	(8.712)
Instalações e edificações	13	(374)	(11)	-	-	-	(385)
Equipamentos operacionais	24	(68.824)	(8.000)	230	-	-	(76.594)
Total depreciação		(106.563)	(14.095)	3.287	-	-	(117.371)
Total geral		32.916	(11.571)	(82)	451	(12)	21.702

- (a) Reclassificação entre ativo imobilizado e ativo intangível;
- (b) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 o valor refere-se a crédito de IRRF. Em 2020, a baixa de caução.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 278 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 (R\$ 96 no período de nove meses findo em 30 de

Notas Explicativas

setembro de 2020). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2021 e 2020 foram respectivamente de 0,42% a.m. e de 0,32% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

12. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2020		30/09/2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.539.417	581.392 (d)	-	17.487	(33)	2.138.263
Direitos de uso de sistemas informatizados		15.065	-	-	1	(12)	15.054
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		3.328	1.111	(61)	(479)	-	3.899
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		1.353	-	-	-	-	1.353
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios		251.709	-	-	-	-	251.709
Total custo		1.810.872	582.503	(61)	17.009	(45)	2.410.278
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.185.821)	(546.478) (d)	-	-	-	(1.732.299)
Direitos de uso de sistemas informatizados	32	(13.779)	(485)	-	-	-	(14.264)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		(1.353)	-	-	-	-	(1.353)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios (b)	(*)	(208.604)	(15.512)	-	-	-	(224.116)
Total amortização		(1.409.557)	(562.475)	-	-	-	(1.972.032)
Total intangível		401.315	20.028	(61)	17.009	(45)	438.246
Intangível em construção		34.298	53.000 (e)	-	(17.487)	(16)	69.795

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2019		31/12/2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.524.718	23	14.685	(9)	1.539.417
Direitos de uso de sistemas informatizados		14.598	-	467	-	15.065
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.499	2.747	(918)	-	3.328
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		1.353	-	-	-	1.353
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios (b)		251.709	-	-	-	251.709
Total custo		1.793.877	2.770	14.234	(9)	1.810.872
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.025.288)	(160.533)	-	-	(1.185.821)
Direitos de uso de sistemas informatizados	30	(12.855)	(924)	-	-	(13.779)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	-	(1.353)	-	-	-	(1.353)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	(*)	(188.505)	(20.099)	-	-	(208.604)
Total amortização		(1.228.001)	(181.556)	-	-	(1.409.557)
Total intangível		565.876	(178.786)	14.234	(9)	401.315
Intangível em construção		30.364	18.619	(14.685)	-	34.298

- (*) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (a) Reclassificação entre ativo imobilizado e ativo intangível;
- (b) Direito da Concessão gerado na aquisição de negócios: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005;
- (c) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 o valor de R\$ 33 refere-se a desapropriações e R\$ 12 refere-se a crédito de IRRF. Em 2020, refere-se a desapropriações;
- (d) Refere-se ao pagamento de R\$ 585.000 previsto do Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre a Companhia e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início dos prazo estendido da concessão definidos nos TAM de 2006 e subsequente, até o prazo atual de término da concessão. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 385.022, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto que a parcela remanescente de R\$ 199.978, será amortizada até o prazo final da concessão; e
- (e) Das obras que compõe o intangível em construção, destacam-se as melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello-Raposo, na recuperação do pavimento em diversos trechos.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.302 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 (R\$ 1.253 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020). As taxas média de capitalização no período de nove meses de 2021 e 2020 foram respectivamente de 0,42% a.m. e de 0,32% a.m., (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio

Notas Explicativas

de debêntures).

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos (a)	Saldo dos custos a apropriar em 30/09/2021	Vencimento final	30/09/2021	31/12/2020
6ª Emissão - Série única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313%	3.706	145	Novembro de 2021	342.688	314.444 (b)(c)
8ª Emissão - Série única	CDI + 1,35% a.a.	1,6496%	1.878	1.661	Dezembro de 2022	454.636	-
Total geral				1.806		797.324	314.444
Circulante							
Debêntures						349.130	315.214
Custo de transação						(145)	(770)
						348.985	314.444
Não Circulante							
Debêntures						450.000	-
Custo de transação						(1.661)	-
						448.339	-

- (a) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- (c) Garantia real.

Em 12 de julho de 2021, ocorreu a 8ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 450.000, vencimento em 31 de dezembro de 2022, com remuneração de CDI + 1,35% a.a. Os juros serão pagos semestralmente a partir 30 de dezembro de 2021 e o principal será no vencimento.

A emissão conta com garantia fidejussória da Controladora.

Adicionalmente, além das obrigações usuais neste tipo de emissão, a Companhia não poderá distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Companhia seja superior a 4 vezes, a partir das apurações semestrais realizadas com base nas demonstrações financeiras ou informações trimestrais da emissora. Todavia, ficará a critério da Companhia, contratar e apresentar ao agente fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, caso queira distribuir dividendos acima do mínimo legal.

Neste período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, ocorreu o pagamento de juros no valor de R\$ 9.853 conforme as cláusulas do contrato. Não ocorreram pagamentos de principal. Para maiores detalhes sobre as debêntures, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Notas Explicativas

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2020		30/09/2021			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização de bases processuais e monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	2.369	14.841	(232)	296	(14.233)	3.041
Trabalhistas e previdenciários	2.547	330	(151)	85	(610)	2.201
	<u>4.916</u>	<u>15.171</u>	<u>(383)</u>	<u>381</u>	<u>(14.843)</u>	<u>5.242</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/09/2021	31/12/2020
Cíveis e administrativos	299	235
Trabalhistas	959	453
	<u>1.258</u>	<u>688</u>

A Companhia efetua depósitos judiciais para os processos em andamento e neste período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 não ocorreram contratações fianças judiciais (R\$4.098 em 31 de dezembro de 2020).

15. Patrimônio Líquido

a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Numerador				
Lucro (Prejuízo) líquido	71.711	(26.981)	73.990	187.850
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146	6.988.146	6.988.146
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária - básico e diluído	0,00489	(0,00184)	0,00504	0,01280
Lucro (Prejuízo) por ação preferencial - básico e diluído - (a)	0,00538	(0,00202)	0,00555	0,01408

(a) Para as ações preferenciais da Companhia é assegurado o recebimento de dividendos, em 10% maior que às ações ordinárias.

b. Dividendos

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 05 de abril de 2021, foram aprovados o pagamentos de dividendos no montante de R\$ 75.100, correspondentes a R\$ 5,11750958563 por

Notas Explicativas

ação ordinária, e R\$ 5,62926054477 por ação preferencial e o saldo constituído como “Reserva de Retenção de Lucros” em 31 de dezembro de 2020, foi também, distribuído como dividendos adicionais no montante de R\$ 1.187, correspondente a R\$ 0,08088918151 por ação ordinária e R\$ 0,08897810081 por ação preferencial. Ambos os pagamentos ocorreram em 26 de abril de 2021.

16. Receitas operacionais

	<u>01/07/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>	<u>01/01/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>
Receitas de pedágio	295.011	803.093	246.902	681.704
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	31.736	49.041	3.941	8.804
Receitas acessórias	4.446	12.399	3.727	10.802
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	1.017	3.090	843	2.564
Receita bruta	<u>332.210</u>	<u>867.623</u>	<u>255.413</u>	<u>703.874</u>
Impostos sobre receitas	(26.000)	(70.773)	(21.768)	(60.208)
Deduções da receita bruta	<u>(26.000)</u>	<u>(70.773)</u>	<u>(21.768)</u>	<u>(60.208)</u>
Receita operacional líquida	<u>306.210</u>	<u>796.850</u>	<u>233.645</u>	<u>643.666</u>

17. Resultado financeiro

	<u>01/07/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>	<u>01/01/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(12.142)	(22.439)	(6.956)	(22.819)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.490	4.580	570	1.349
Variação monetária sobre debêntures	(7.912)	(23.097)	(3.555)	(8.940)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(4)	-	(9)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(336)	(608)	(93)	(322)
	<u>(18.900)</u>	<u>(41.568)</u>	<u>(10.034)</u>	<u>(30.741)</u>
Receitas financeiras				
Variação monetária sobre empréstimos e debêntures	-	925	-	3.774
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.607	4.476	1.661	5.358
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	3	-	5
Juros e outras receitas financeiras	467	855	237	727
	<u>3.074</u>	<u>6.259</u>	<u>1.898</u>	<u>9.864</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(15.826)</u>	<u>(35.309)</u>	<u>(8.136)</u>	<u>(20.877)</u>

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2021			31/12/2020		
	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	4.711	-	-	5.279	-	-
Aplicações financeiras	287.736	-	-	59.158	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	1.758	-	-	1.740	-	-
Contas a receber	-	78.969	-	-	60.990	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	1.984	-	-	2.816	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(797.324)	-	-	(314.444)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(30.953)	-	-	(28.842)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(3.292)	-	-	(4.054)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(1.474)	-	-	(1.367)
	<u>294.205</u>	<u>80.953</u>	<u>(833.043)</u>	<u>66.177</u>	<u>63.806</u>	<u>(348.707)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculados – conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações financeiras intermediárias, que corresponde ao seu valor justo (nível 2).
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamentos específicos.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	799.130	812.587	315.214	337.088

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

Notas Explicativas

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	289.494	60.898

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 6ª Emissão - série única	IPC-A ⁽³⁾	Novembro de 2021	342.833	(6.394)	(7.330)	(8.248)
Debêntures - 8ª Emissão - série única	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2022	456.297	(34.601)	(41.711)	(48.822)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁶⁾	CDI ⁽²⁾		287.736	17.406	21.754	26.102
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(23.589)</u>	<u>(27.287)</u>	<u>(30.968)</u>

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	6,15%	7,68%	9,22%
IPC-A ⁽³⁾	10,25%	12,81%	15,38%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2021, divulgada pela B3;
 (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;

Notas Explicativas

- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/09/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA);
- (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga Variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 12.177 referente ao direito de outorga variável (R\$ 10.500 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020).

b. Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia. Em 30 de setembro de 2021 esses compromissos estimados em R\$ 897.276 (R\$ 358.811 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores incluem os investimentos formalizados no Acordo Preliminar em 29 de junho de 2021. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 1.

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Impostos a recuperar	(17)	-
Fornecedores	-	12
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(17)</u>	<u>12</u>
Outros de imobilizado	17	(12)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>17</u>	<u>(12)</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Notas Explicativas

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures	Dividendos a pagar	Aplicações financeiras	Total
Saldo Inicial	(314.444)	-	1.740	(312.704)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captações (líquidas dos custos de transação)	(448.122)	-	-	(448.122)
Pagamento de juros	9.853	-	-	9.853
Aplicações (conta reserva)	-	-	18	18
Dividendos pagos	-	76.287	-	76.287
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(438.269)	76.287	18	(361.964)
Outras variações				
Despesas com juros, variação monetária	(44.611)	-	-	(44.611)
Outras variações que não afetaram caixa	-	(76.287)	-	(76.287)
Total das outras variações	(44.611)	(76.287)	-	(120.898)
Saldo Final	<u>(797.324)</u>	<u>-</u>	<u>1.758</u>	<u>(795.566)</u>

* * *

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa
Waldo Edwin Pérez Leskovar
Marcio Yassuhiro Iha

Presidente
Vice - Presidente
Conselheiro

Composição da Diretoria

José Salim Kallab Fraiha
Rogério Cezar Bahú

Diretor Presidente DRI
Diretor de Engenharia e Operações

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da
Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o

CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021.

Barueri/SP, 11 de novembro de 2021.

JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ
Diretor de Engenharia e Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021.

Barueri/SP, 11 de novembro de 2021.

JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ
Diretor de Engenharia e Operações